

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL ANTES E DEPOIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA: UM ESTUDO COMPARADO.

¹Antongnioni Pereira de Melo.

²Renato de Oliveira Brito.

³Camila Lago de Souza.

¹UCB - Universidade Católica de Brasília. E-mail: melovis@gmail.com.
²UCB - Universidade Católica de Brasília. E-mail: renatoorios@gmail.com.
³UCB - Universidade Católica de Brasília. E-mail: camila.souza@ifb.edu.br.

Artigo submetido em 16/06/2020, aceito em 16/03/2022 e publicado em 27/05/2022.

Resumo: Neste artigo aplicamos uma abordagem comparada sobre a educação profissional no Distrito Federal antes e depois da consolidação do Instituto Federal de Brasília (IFB). Com o intuito de melhor conhecer a realidade do Distrito Federal em termos de Educação Profissional e Tecnológica nos anos de 2005 a 2018, verificamos os dados contidos no Censo Escolar assim como informações das escolas técnicas estaduais públicas de âmbito estadual. Verificamos, como resultados, que após consolidação da expansão da Rede Federal, o IFB participa em mais de 30% das matrículas de Ensino Profissional no DF, mesmo com apenas 10 anos de atuação na região.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; rede federal; Instituto Federal de Brasília; educação comparada; Distrito Federal.

Abstract: In this research we seek to apply a comparative approach to professional education in the Federal District before and after the consolidation of the Federal Institute of Brasília. In order to better understand the reality of Brasilia in terms of Professional and Technological Education in the years 2005 to 2018, we verified the data contained in the School Census as well as information from public state technical schools at the state level. We found, as a result, that after consolidating the expansion of the Federal Network, IFB participates in more than 30% of Professional Education enrollments in DF, even with only 10 years of experience in the City.

Palavras-chave: professional and technological education, federal network of education, IFB, comparative education, Federal District.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT no Brasil surgiu como uma demanda a nível Federal caracterizada por um histórico de sucessões e aprimoramentos tanto em oferta de cursos e quantidade de matrículas quanto em abrangência, tendo instituições federais de ensino técnico presentes em todas as vinte e sete unidades federativas do Brasil e, assim, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; Universidade

Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II (MEC, 2016). Como foco de pesquisa que originou este artigo, verificaremos a trajetória desta expansão da Rede Federal no Distrito Federal e conheceremos o cenário da educação profissional nesta localidade antes e após a consolidação do Instituto Federal de Brasília (IFB), numa perspectiva de pesquisa em Educação Comparada.

A Rede Federal de Educação Profissional é a maior rede pública que oferta educação profissional no Brasil. Foi criada em 1909, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, responsável pela implantação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). O intuito era formar mão de obra qualificada por meio da educação e ao mesmo tempo oportunizar um ingresso rápido no mercado de trabalho daqueles considerados menos afortunados. Configura-se hoje como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Atualmente se faz presente em todo o território nacional. Consta em seu site institucional que “a Rede Federal presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.”. (MEC, 2016).

Os Institutos Federais são autarquias, com autonomia para fazer sua autogestão administrativa e financeira, pois estão no mesmo patamar das universidades federais. Ofertam educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Podem criar e extinguir cursos, bem como registrar diplomas dos mesmos. O Instituto Federal de Brasília (IFB), oferta educação profissional gratuita à população. Sua estrutura multicampi favorece a diversificação de cursos, atendendo assim a vocação econômica de cada uma das regiões administrativas do Distrito Federal. Em seu site institucional, consta que atualmente é composto por uma Reitoria e 10 campi distribuídos nas seguintes cidades: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga. Contando ainda com cinco Pró-Reitorias: de Administração (PRAD), de Ensino (PREN), de Extensão e Cultura (PREX), Gestão de Pessoas (PRGP) e de Pesquisa e Inovação (PRPI). Portanto, observa-se uma grande estrutura para desenvolver suas competências de acordo a Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008.

A educação para o trabalho, ou seja, a Educação Profissional segundo Cordão e Moraes (2017), por muitas vezes foi vista no Brasil com caráter meramente moralista, assistencialista e economicista. Com o passar dos tempos é possível observar que a força de trabalho por ela gerada, tende a alavancar a educação e conseqüentemente a economia brasileira.

Atualmente, não se concebe uma Educação Profissional identificada como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas a serem executadas. A Educação Profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. (Brasil, Parecer CNE/CEB nº 11, 2012).

Com o intuito de estabelecer significados, distinções e semelhanças entre realidades e tempos sobre a Educação Profissional na Cidade de Brasília, foi adotada nesta investigação, a perspectiva de pesquisa da Educação Comparada.

A Educação Comparada é um método de análise que admite um conjunto complexo de perspectivas de comparação numa série de recortes de tempo, espaço e escopos distintos. Em outras palavras, a pesquisa em educação comparada permite enfoques quantitativos, qualitativos e unidades de comparação do tipo: lugares, sistemas, tempos, etnias, classes, gêneros, culturas, valores, políticas, currículos, inovações pedagógicas, dentre outros. Com relação a abrangência, a pesquisa comparativa pode ocorrer no âmbito global, local ou de realidades (BRAY *et al*, 2015).

A ciência da comparação, em sua essência, procura descobrir novos elementos ou concepções a partir da análise de dois ou mais termos. Esse paralelo estabelecido entre dois itens comparativos, essa confrontação, é atividade intrínseca do ser humano, na busca de semelhanças e diferenças. Nas palavras de (SANTOS *et al*, 2017, p. 42)

A comparação, nesse sentido, é uma atividade mental, uma forma intuitiva de conhecimento do ser humano. Toda vez que o indivíduo se depara com um fato novo, com algo desconhecido, procura relacioná-lo a outros da mesma espécie ou categoria, já vivenciados, conhecidos ou experienciados e, dessa maneira, aprendê-lo e incorporá-lo, por sua vez, ao cabedal de conhecimentos. É assim que se processa o conhecimento humano e é nesse sentido que o indivíduo assegura ser, a comparação, uma atitude mental espontânea intuitiva.

Desta maneira, no estudo acerca da Educação Profissional no Distrito Federal, utilizamos a perspectiva de Educação comparada, sobretudo nos aspectos de comparação local entre tempos e realidades, com as seguintes características: no tocante ao tempo, verificaremos, à luz dos indicadores do Censo Escolar de 2005 a 2019; como era a realidade da Educação Profissional no DF nos anos de 2005 a 2007, antes da implantação do IFB e, posteriormente, realizaremos uma confrontação dessa realidade nos anos posteriores, de 2009 a 2019. Nesse ínterim, abordaremos também, uma fase muito importante para a investigação, que denominamos de *transição*: momento no qual ocorreu a efetiva criação do IFB e seus primeiros *campi*, cuja realização sucedeu no ano de 2008, no qual houve uma transformação na Educação Profissional no DF. Neste ponto cabe uma indagação a ser desenvolvida como justificativa do estudo: o que é a Educação Profissional? Por que ela é tão importante para o país?

A Educação Profissional e Tecnológica constitui-se modalidade de ensino formada por um conjunto de saberes voltados principalmente para o ensino técnico e sua aplicação ao mundo do trabalho. Atribui-se a expressão “Educação Profissional”, a palavra “Tecnológica” porque os cursos dessa modalidade reúnem conteúdo altamente científico e o conjunto de “habilidades técnicas e tecnológicas”; seria a preparação necessária “para o exercício das profissões” (MEC, 2018).

Importante destacar que a Educação Profissional e Tecnológica se propõe a formar profissionais dotados de autonomia e pensamento crítico; cidadãos conscientes de suas realidades e de seu papel enquanto membros de uma sociedade. Para isso, os planos de cursos possuem em sua estrutura, elementos voltados não somente para uma formação técnica, mas sim, para um modelo de formação humana integral.

Essa formação humana integral caracteriza o desvelo, a compreensão e absorção de um conjunto de elementos inseparáveis, tais como trabalho, ciência, tecnologia e cultura (RAMOS, 2014). As propostas pedagógicas dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica emanam aspectos fundamentais e integrantes condizentes com a totalidade da vida e de seus desafios. De maneira que

Um dos méritos dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica é ter consciência de formar profissionais com análises críticas das concepções de ciência e de tecnologia. Uma análise crítica dos seus impactos na sociedade, na política, nas desigualdades de classe, raça, gênero. Logo uma análise crítica desses impactos na formação profissional e tecnológica (ARROYO, 2019, p. 12-13).

Por isso, há toda uma especialidade no tocante aos méritos e propostas da Educação Profissional, pois ela, conforme consta em sua trajetória, “atendeu em cada tempo as necessidades do país, diferentemente de quando surgiu, hoje está à disposição de todas as pessoas que buscam real acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (GARCIA, DORSA e OLIVEIRA, 2018).

A aliança entre teoria e prática, com ênfase na técnica, na execução, aconteceria de modo contínuo, nas bases da construção da profissionalização: saber estar, saber ser e, principalmente, o saber fazer (SOUZA, 2012).

A importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país explica a grande aposta na Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, a Rede Federal supre demandas

relacionadas à grande carência ou deficiência em mão de obra especializada (DEITOS e LARA, 2016) e a capacitação de profissionais de perfil técnico no país para o meio produtivo (MAGALHÃES e CASTIONI, 2019).

1.1 HISTÓRICO DA REDE PROFISSIONAL

As organizações tem se transformado nas últimas décadas e as constantes mudanças afetam as demandas por profissionais cada vez mais qualificados.

O mercado de trabalho no Brasil apresenta grande demanda por profissionais qualificados em diversas áreas. Nesse sentido a Educação Profissional destaca-se cada vez mais no cenário brasileiro, por ser o meio para qualificar pessoas interessadas em ingressar no mercado, aptas a desenvolver uma profissão técnica. No contexto político atual, o Ministério da Educação tem investido mais na educação profissional a partir da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os IF's como política pública, por sua vez tende a desenvolver esse papel por ter autonomia na sua autogestão, atendendo a necessidade de formação do setor produtivo de cada região do país na qual está implantado, e contribuir significativamente para a valorização da educação profissional. Além disso, atualmente também ofertam cursos superiores de tecnologia, engenharias, formação de professores e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, permitindo ao profissional com formação técnica verticalizar os estudos em sua área de formação e conseqüentemente a evolução gradual da carreira profissional. A partir da formulação de políticas criadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), segundo Manfredi (2002) o cenário mudou, em 1996, quando houve uma mobilização para construção de parcerias entre governo e instituições promotoras da educação profissional no Brasil, como: Universidades públicas e privadas, Ensino Médio/Técnico público e privado, entidades sem fins lucrativos (ONGs), o Sistema S, que oferta serviços de aprendizagem e serviços sociais como: Senac/Sesc (comércio e serviços), Senai/Sesi (indústria), Senar (agricultura), Senat/Sest (transporte sobre pneus), Sebrae (atendimento para micro e pequenas empresas).

Ainda no ano de 1996, em 20 de dezembro, foi sancionada a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, colocando a educação escolar como um vínculo ao mundo do trabalho e à prática social. Em sua Seção IV-A, trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 1996). Esta Lei foi alterada pela Lei nº 11.741, de 2008, esta integra ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008). Discorre sobre a habilitação profissional que poderá ser desenvolvida em estabelecimentos de ensino médio ou em instituições especializadas em educação profissional. Esta Lei coloca que a formação técnica poderá ser articulada com o nível médio ou como curso subsequente a este, preparando assim o educando para o exercício de profissões técnicas.

Com a percepção da grande demanda por qualificação profissional, em 2011, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que oferece cursos gratuitos com o propósito de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica. O público alvo são estudantes maiores de 16 anos, cursando segundo e terceiro ano do Ensino Médio. O intuito desse programa é ofertar educação profissional fazendo com que o mercado absorva esses estudantes após a conclusão do ensino médio e do curso técnico profissionalizante.

Observou-se também a necessidade de oportunizar qualificação profissional técnica para outro público. Por isso, o Ministério da Educação (MEC), criou em 2013, o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SiSUTEC), que oferece vagas gratuitas em cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio e participou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A prioridade do SiSUTEC é atender ao público que cursou o ensino médio em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista.

A Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008 (MEC, 2008), aprovou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, que foi elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. Nesse catálogo são ofertados cursos em diferentes eixos tecnológicos, como: ambiente, saúde e segurança, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, e Hospitalidade e Lazer. Anualmente o Ministério da Educação faz a análise para oferta de cursos técnicos no país para atualização constante deste catálogo.

Os cursos dos eixos tecnológicos citados são ofertados hoje em todos os estados da federação e no Distrito Federal, porém sua disponibilidade está interligada a necessidade local, ou seja, a demanda de mercado de uma determinada região, pois formando profissionais técnicos será possível atender as necessidades do mercado de trabalho local, fazendo com que a economia da região possa ser cada vez mais desenvolvida.

1.2 TRANSIÇÃO

Em 25 de outubro de 2007, foi criada a Escola Técnica Federal de Brasília pela Lei nº 11.534, incorporando o Colégio Agrícola de Planaltina e incumbindo ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET- GO por meio da Portaria Normativa/MEC nº 28, de 13/07/07 (DOU de 16/07/07) a adoção de medidas para a implantação das unidades em Brasília, Taguatinga, Samambaia e Gama.

A partir de 2010 o IFB já estava em funcionamento com a reitoria e quatro Campi em sede provisória, todos ofertando cursos técnicos de nível médio, quatro cursos subsequentes e um concomitante, dois integrados ao ensino médio, dois de tecnologia, Pós-graduação em educação profissional e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA, além de quarenta cursos de formação inicial. Diante disso, o Distrito Federal passa a contar com uma instituição de grande porte para qualificar pessoas para atender a necessidade local de formação de trabalhadores de nível técnico e tecnológico. Em 2011, ocorre a expansão da instituição com a criação de mais três campi, a diversificação da oferta de cursos, inclusive superiores e conseqüentemente de vagas para a população. O ano de 2012 foi exitoso, tendo finalizado com um quantitativo de dez Campi, cinco deles ainda em construção. Ocorreu um aumento de 120% na oferta de vagas em relação ao ano anterior, inclusive na modalidade educação a distância (EaD). Em 2013 a instituição adquire credibilidade junto à população do Distrito Federal.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Foram utilizados para fins de comparação, dados de matrículas realizadas na Educação Profissional no âmbito das três Redes de Ensino no DF: Rede Federal, Rede Estadual e na Rede Particular dentro do território do DF.

Os dados das matrículas foram retirados do Censo Escolar/INEP, a partir dos sistemas online disponíveis ao público (INEP, 2018). Foram utilizados os valores, ao longo dos anos desde 2005 até 2019 e avaliados somente os dados referentes a Educação Profissional e Tecnológica atuantes no Distrito Federal.

A instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que oferta cursos de Educação Profissional e Tecnológica no Distrito Federal é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB.

A Rede Estadual de Educação é gerida pela Secretaria de Estado de Educação, órgão vinculado ao Governo do Distrito Federal.

E, por sua vez, a Rede Privada, possui inúmeras escolas técnicas ofertantes de cursos de Educação Profissional, sendo a maioria delas, composta por instituições do Sistema S – SESC, SENAC, SENAI, SESI, SENAT, SEST, SEBRAE, SENAR e SESCOOP.

Os números a que se referem as matrículas de Educação Profissional contemplam as seguintes modalidades de ofertas: cursos técnicos subsequentes, integrados ao Ensino Médio (EMI), Cursos técnicos Concomitantes, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) e Cursos Técnicos Integrados a EJA (PROEJA).

As confrontações, seguindo os pressupostos da Educação Comparada, foram realizadas da seguinte maneira:

- Comparação entre tempos, números da Educação Profissional no DF antes da implantação do IFB período de 2005 a 2007;
- Comparação da realidade do DF após a consolidação dos *campi* do IFB, período de 2016-2019.
- Comparação simultânea das matrículas de Educação Profissional em todas as Redes de Ensino: Federal, Estadual e Privada, desde ano 2005 a 2019 com dados retirados do Censo/INEP.
- Comparação de realidades entre IFB e o Cenário Nacional.

Assim espera-se compreender o cenário da Educação Profissional no Distrito Federal antes e após a implantação do IFB. Além disso, será possível também realizar comparações entre números de matrículas da Rede Privada, Rede Estadual e Rede Federal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro ponto a ser considerado será a realidade da Educação Profissional no DF antes da implantação do IFB, nos períodos de 2005 a 2007, conforme mostra a tabela 1.

No período de 2005 a 2007, segundo dados retirados do site Consulta Matrícula do Censo/INEP, no Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar (INEP, 2018), observa-se o domínio das matrículas de Educação Profissional no Distrito Federal, pela Rede Estadual e Privada. Não havia, nesse período, Escola Federal em Brasília que ofertasse cursos técnicos. Nesse momento as propriedades do IFB ainda estavam em obras e seus primeiros servidores, espalhados em prédios alugados e temporários na cidade, organizavam concursos para novos professores e técnicos, seguindo a Expansão da Rede Federal no Brasil.

Tabela 1 – Matrículas da Educação Profissional no DF

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|
| Rede Estadual | 3335 | 3545 | 2028 |
| Rede Privada | 4218 | 4920 | 3953 |
| Rede Federal | - | - | - |
| TOTAL | 7553 | 8465 | 5981 |

Fonte: Dados do Censo/INEP com elaboração dos autores

Esta expansão da Rede propiciou a implantação do IFB em 2008 e a incorporação do seu primeiro campi, denominado até então, de Colégio Agrícola de Brasília (vinculado a Secretaria de Educação do DF). Esse Colégio de natureza Rural, agora federalizado, tornou-se o primeiro Campus do IFB, denominado agora de Campus Planaltina (por estar localizado na cidade de mesmo nome) e ofertante de cursos técnicos profissionais na área de Agropecuária e Agroindústria.

A partir dos anos de 2009 até 2010 houve inauguração de quatro novos *campi* do IFB, um na cidade de Brasília (Campus Brasília, maior campus do IFB reconhecido como Campus Capital), e outros três campi que receberam nomes iguais aos da cidade onde se situam: Campus Taguatinga, Campus Samambaia e Campus Gama.

A partir de 2011, houve inauguração de mais cinco novos *campi*: Campus Ceilândia, Campus Estrutural, Campus Riacho Fundo, Campus São Sebastião e Campus Taguatinga Centro. Esse último, a partir de 2018, encerrou suas atividades na Cidade de Taguatinga e migrou para outro local, tornando-se o Campus Recanto das Emas.

Ao longo do tempo é possível verificar a participação do IFB no histórico das matrículas de Educação Profissional na cidade, conforme gráfico 1 abaixo.

O gráfico 1 demonstra que no período de 2008 a 2016 houve grande predomínio das matrículas de Educação Profissional pela Rede Privada. A Rede Privada do DF, com grande presença do Sistema S, possui atuação na cidade desde 1972 (FIBRA, 2009).

A alta proeminência nos dados da Rede Privada de Ensino no DF, ao longo dos anos, deve-se aos seguintes fatores: no ano de 2008, houve um acordo do Governo Federal chamado de “Acordo de Gratuidade ao Sistema S”, no qual foi combinado o aumento das vagas gratuitas dos cursos técnicos oferecidos pelo Sistema S até o ano de 2014 (MEC, 2008). Dessa maneira, uma explicação para o pico de matrículas ocorrido em 2014, foi devido ao novo aporte, realizado pelo Governo Federal pelo Programa Pronatec em dezembro de 2013 (MEC, 2013). Os valores aplicados ao Programa de incentivo a Qualificação Profissional e técnica foram na ordem de quase 1 bilhão de reais (EXAME, 2014).

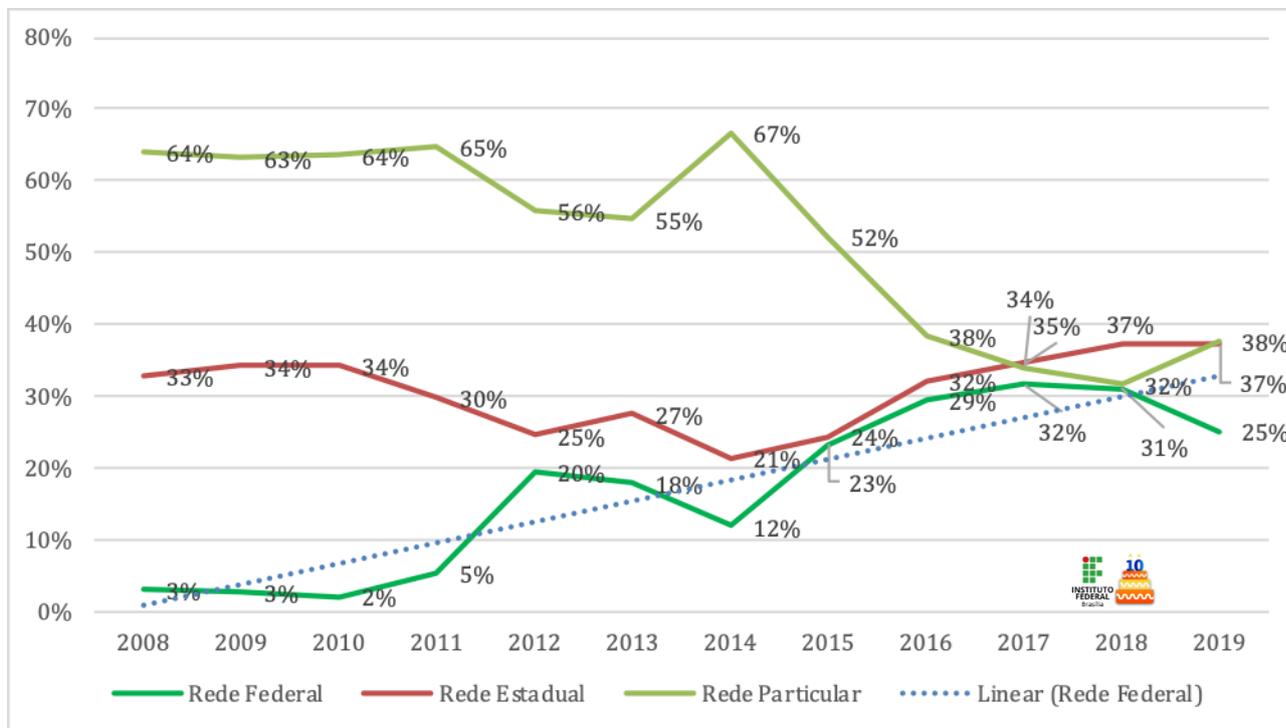
No caso a Rede Estadual, de natureza pública, também possui grande participação na Educação Profissional na cidade, com sua oferta em 2º lugar. A Rede Estadual do DF é a maior rede de Escolas do Distrito Federal atuando no ensino básico, educação integral, especial, do Campo e também a educação profissional, sua rede possui mais de 450 mil estudantes, sendo 683 unidades de ensino (SEDF, 2019).

Por sua vez, o Instituto Federal de Brasília, conforme gráfico 1, vem seguindo uma linha de tendência de crescimento de participação (linha pontilhada azul), tendo inclusive nos anos de 2016 a 2018, uma porcentagem de convergência muito próximas às outras Redes de Ensino, com mais de 30% de participação, o que é bastante significativo, dado o histórico de domínio das matrículas pelas Redes Privada e Estadual. Além disso, neste mesmo ano de 2018, a instituição comemora dez anos de atuação na cidade.

Com relação ao cenário nacional, conforme disposto na figura 1, a Rede Federal no país como um todo, corresponde a 18,7% de matrículas. Esse número reflete que muitos Estados ou capitais ainda estão em fase de desenvolvimento ou foram consolidadas há pouco tempo (menos de quinze anos de atuação) em contraponto com as Redes Privadas e Estaduais que possuem um tempo e abrangência muito maior na história de Educação Profissional de suas cidades.

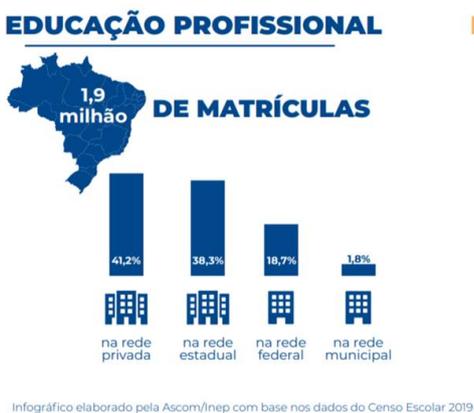
De acordo com os dados do Censo/INEP, no ano de 2017, a quantidade de matrículas na Educação Profissional era de 1.831.003 (um milhão, oitocentos e trinta e uma mil e três matrículas); em 2018 aumentou para 1.903.230 (um milhão, novecentos e três mil e duzentas e trinta matrículas). Assim, é perceptível, mesmo de forma discreta para o ano de 2019 que teve 1.914.749 (um milhão novecentos e quatorze mil e setecentos e quarenta e nove matrículas), um aumento de 0,6% em relação a 2018 (MEC, 2020).

Gráfico 1 – Participação em Porcentagem das três Redes de Ensino nas matrículas de Educação Profissional no DF – Realidade pós IFB



Fonte: Dados do Censo/INEP com elaboração dos autores

Figura 1 – Comparação entre as matrículas de Educação Profissional nas Redes de Ensino



Fonte: Ascom/Inep

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma semelhante a muitas cidades no Brasil, a Educação Profissional no DF, em termos de matrículas, ainda é denominada pelas Redes Privadas e Estaduais de Ensino, tal qual demonstra os números da figura 1.

A série histórica apresentada, nos anos de 2008 a 2019 demonstra, contudo, que há uma tendência de convergência e equilíbrio entre a participação das três Redes de Ensino na cidade do DF.

Há também destaque para atuação e desenvolvimento do IFB no DF, no qual, apesar de possuir apenas dez anos de atuação, já responde por cerca de 30% do total das matrículas de Educação Profissional na região, em detrimento das Redes Privadas e Estaduais que dominaram o cenário em anos anteriores.

A pesquisa revela também, que o aumento do número de matrículas em quaisquer das Redes de Ensino depende, ocasionalmente, do aporte de recursos federais com essa finalidade. Um exemplo disso ocorre na transferência de recursos de fundos educacionais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) no desenvolvimento de cursos nas modalidades de EaD. No qual, é possível aumentar consideravelmente as matrículas de educação profissional e abranger número maior de estudantes.

Por fim, a presença de uma instituição federal na cidade, faz toda uma diferença com relação às expectativas de ensino público de qualidade e também para suprir a carência de mão de obra com formação técnica e tecnológica, além de promover a transformação das pessoas numa perspectiva de formação integral e humana.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G. A Educação Profissional e Tecnológica nos interroga. Que Interrogações? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Espírito Santo, 15 jun. 2019. 5-18.

BRASIL. **SiSUTEC**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/sisutec>> Acesso em 15 mai. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEP nº 11, 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 01 jun. 2020.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>> Acesso em 15 mai. 2020.

BRASIL. **Educação Profissional legislação básica**. Ministério da Educação. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LegisBasica.pdf>> Acesso em 15 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm> Acesso em 15 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 15 mai. 2020.

BRAY, M.; ADAMSON, B.; MANSON, M. **Pesquisa em Educação Comparada**. Brasília: Liber Livro, 2015.

CORDÃO, F. A.; MORAES, F. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2017.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B. D. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, jan.-mar 2016. 165-188

EXAME. Redação: MEC destina R\$ 899 milhões ao Sistema S para curso Pronatec. **Exame Abril**, 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/mec-destina-r-899-milhoes-ao-sistema-s-para-curso-pronatec/>>. Acesso em: 21 abril 2020.

FIBRA. Histórico do Sistema FIBRA. **site do sistema FIBRA**, 2009. Disponível em: <<https://www.sistemafibra.org.br/fibra/institucional/historico>>. Acesso em: 21 abril 2020.

GARCIA, A. D. C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. D. Educação Profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, Minas Gerais, maio 2018. 1-18.

IFB. Institucional. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/institucional>> Acesso em 01 jun. 2020.

REDE FEDERAL. Institucional. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>> Acesso em 01 jun. 2020.

INEP. Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 1997/2014. **Consulta Matrícula**, 2018. Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 abril 2020.

MAGALHÃES, G. L. D.; CASTIONI, R. Educação profissional no Brasil - expansão para quem? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, out./dez 2019. 732-754.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC. **Censo da Educação Básica 2019 - Notas Estatísticas**. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Brasília, p. 32. 2020

MEC. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Site da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65251&Itemid=31801>. Acesso em: 20 abril 2020.

MEC. Governo e Sistema S fecham acordo. **Educação Profissional e Tecnológica**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/10909-governo-e-sistema-s-fecham-acordo>>. Acesso em: 21 abril 2020.

MEC. Rede Federal. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=1001:unidades-da-rede>. Acesso em: 28 maio 2020.

MEC. Repasse de recursos Bolsa Formação/Pronatec 2013. **Ministério da Educação**, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/66821-bolsa-formacao-repasses-2013-portarias>>. Acesso em: 21 abril 2020.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1a Edição. ed. Paraná: IFPR, 2014

SANTOS, A. M. D.; BAADE, J. H.; SILVA., E. D. Educação comparada: relevância epistemológica e operacional. **Educação em Revista**, Marília, v. 18, n. 1, p. 41-56, Jan.-Jun. 2017.

SEDF. Uma cidade chamada Educação. **Secretária de Educação do Distrito Federal**, 2019. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/dados-da-educacao-df/>>. Acesso em: 21 abril 2020.

SOUZA, M. D. F. **Aprender a saber ser, a saber fazer e a saber estar - a construção da profissionalização. Dissertação de Mestrado**. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto, p. 2018. 2012.